



Fundação Dom Aguirre

CNPJ nº 71.487.094/0001-13

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais Circulante			Balancos Patrimoniais Circulante			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Demonstração do Resultado			Demonstrações do Fluxo de Caixa			
Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Patrimônio Social		Superávit/ Déficit do Acumulado	Resultado		Operacionais		2022	2021	
	67.025	57.817		17.531	12.116										
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	361	256	Forneceadores	1.151	704										
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	27	4	Salários e Contribuições Sociais e Fiscais	07 6.095	5.203										
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	03 49.299	44.026	Empréstimos e Financiamentos	08 6.95	6.95										
Contas A Receber - Líquido de Provisão	04 16.003	12.896	Provisão de Férias E Encargos	09 4.008	3.603										
Adiantamentos	247	222	Provisão Dissídio	2.023	986										
Estoque	18	15	Receitas Antecipadas	10 1.73	177										
Despesas Antecipadas	981	378	Recursos de Convênios	11 860	310										
Outros Ativos Circulantes	89	20	Contingências A Pagar	11 860	310										
Não Circulante	162.087	160.130	Outros Passivos Circulantes	578	438										
Realizável A Longo Prazo			Não Circulante	3.572	2.427										
Aplicações Financeiras	03 8.650	10.184	Empréstimos e Financiamentos	08 1.082	1.777										
Contas A Receber - Líquido de Provisão	04.1 15.145	12.072	Recursos de Convênios	10 477	650										
Depósitos Judiciais	3.174	3.948	Convênios Finep	2.013	-										
Convênios e Termos A Receber	06 132.016	132.759	Patrimônio Líquido	208.009	203.404										
Intangível	05 1.089	1.167	Patrimônio Líquido	208.009	203.404										
Total do Ativo	229.112	217.947	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	229.112	217.947										

1. Contexto Operacional. A Fundação Dom Aguirre, localizada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, é uma entidade educacional sem fins lucrativos e tem por finalidade manter cursos superiores regulares na Universidade de Sorocaba - Uniso e cursos regulares de Educação Básica no Colégio Dom Aguirre. Em atendimento ao previsto no seu Estatuto Social, os recursos da Fundação são aplicados em suas finalidades institucionais. A Fundação Dom Aguirre qualifica-se como Entidade Beneficente de Assistência Social, vez que assim devidamente certificada, nos termos da legislação aplicável, com histórico da primeira emissão da certificação remontando ainda ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 1972, a par do Processo n.º 00000.223910/1972-00. Atualmente, a entidade mantém certificação válida e vigente a par do último processo analisado e deferido, perante o Ministério da Educação (Proc. n.º 23000.006873/2015-16), e pela pendência de pedidos posteriores tempestivamente protocolados. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis a) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração das receitas e despesas do exercício.** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. **c) Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **d) Instrumentos financeiros** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos. **e) Ativos circulantes e não circulantes Caixa e equivalentes de caixa.** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Contas a receber.** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos. **Imobilizado.** Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 06. **Ativos Intangíveis** Os ativos intangíveis compreendem os adquiridos por terceiros que são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. **Redução ao valor recuperável.** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022. **f) Passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Receitas Antecipadas** Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2023. **g) Gratuidades** Estão demonstradas conforme legislação vigente. **h) Aplicação de recursos** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. Aplicações Financeiras sem Restrição Circulante 2022 2021 Aplicações em fundos de investimentos 49.299 44.026 **Total** **49.299** **44.026** **Não Circulante** 2022 2021 Aplicações em fundos de investimentos 8.650 10.184 **Total** **8.650** **10.184** **Total Aplicações financeiras** **57.949** **54.210** O Estatuto da Fundação Dom Aguirre estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Desta forma, a FDA irá utilizar integralmente o saldo dos valores registrados em "Aplicações Financeiras" na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizadas para construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim bem como, seguindo as recomendações do Conselho Fiscal da FDA e Conselho Superior da FDA, a FDA deverá ter em reserva o valor de 3 folhas de pagamento.

4. Contas a Receber - Ativo Circulante Circulante 2022 2021 Mensalidades UNISO 14.925 13.203 Mensalidade EAD 91 4 Crédito Emergencial UNISO (1) 176 341 Mensalidades Negociadas - UNISO 19.076 16.996 Mensalidades/negociações (2) 4.991 4.137 Mensalidades CDA 4.697 4.405 Crédito Emergencial CDA (1) - 6 FIES 308 542 Outros 242 143 **Total** **44.506** **39.777** Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (2) (28.503) (26.881) **Total líquido** **16.003** **12.896**

5. Movimentação do Intangível Descrição Taxa Anual Saldo 2021 Adições Baixas Transf. Ajustes Saldo 2022 Marcas e patentes 5 Sistemas e softwares 3.304 Sistemas e softwares - com restrição 114 **Total** **3.423** Amortização Acumulada Sistemas e softwares (2.222) Sistemas e softwares - com restrição (34) **Total** **(2.256)**

6. Movimentação do Imobilizado Descrição Taxa Anual Saldo 2021 Adições Baixas Transf. Ajustes Saldo 2022 Terrenos 50.270 Edificações - com restrição 2 a 6 33.025 1.200 1.573 35.798

Campus Universitário Raposo 6 a 20 54.820 7.639 5.994 59.459 Instalações 3 a 20 7.839 57 29.137 Biblioteca 5 a 20 5.337 2.365 (223) 521 29.137 Móveis, utensílios e equiptos, equiptos áudio visual 5 a 20 26.474 357 357 Veículos 1.628 Equipamentos de laboratório - com restrição 37 Computadores e periféricos - com restrição 3 Móveis, utensílios e equiptos - com restrição 3 Construções em andamento 1.474 1.772 (2.094) 1.152 Semovientes - animais vivos 6 **Total** **181.430** **5.394** **(223)** **-** **186.601**

7. Salários e Contribuições Sociais e Fiscais Salários a pagar 3.193 INSS a recolher 378 FGTS a recolher 566 IRRF / salários 1.510 Outros 68 **Total** **6.095** **5.203**

8. Empréstimos e Financiamentos: Os valores abaixo estão garantidos por notas promissórias e aval a Administração. Descrição Taxa Nº Parcela Vencimento Passivo Circulante Passivo Não Circulante Total Total Leasing HP 4,26% 23 18/11/2024 411 377 788 1.200 Leasing HP 4,55% 38 17/02/2026 437 947 1.384 1.820 Juros e encargos a apropriar (153) (242) (395) (548) **Total** **695** **1.082** **1.777** **2.472**

9. Provisão de Dissídio: A Fundação Dom Aguirre, durante o exercício de 2022, antecipou 5% do reajuste dos salários dos docentes, verba referente a dissídio coletivo, sob judge, a partir de março/2022. O percentual previsto nos autos do Processo nº 1002979-67.2022.5.02.0000 é de 10,75%. A despeito da suspensão pelo STF, dos efeitos do acordão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2a.Região, a Fundação Dom Aguirre, por conservadorismo, calculou e constituiu provisão em 31/dezembro/2022 para pagamento do referido percentual em sua integralidade. Em 09/fevereiro/2023, em reunião extraordinária do Conselho Superior da Fundação Dom Aguirre, foi decidido por unanimidade que o complemento de 5,75%/seja creditado aos docentes na Folha de Pagamento de Fevereiro/2023.

10. Recursos de Convênios: Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo: 2022 2021 Passivo Circulante 173 177 Passivo não Circulante 477 650 **Total** **650** **827**

Os valores supracitados correspondem a processos celebrados em 2010, 2013 e 2018 com FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia e Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, a título de subvenção, para Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em Ciências Farmacêuticas (R\$ 189 mil), da aquisição de equipamentos e ampliação do Parque de Equipamentos para Pesquisa e Inovação Tecnológica (R\$ 154 mil) e LAPSUS - Laboratório de Aquisição e Processamento de Imagens e Sinais da Universidade de Sorocaba (R\$ 307 mil) **11. Contingências a Pagar:** Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui

dependentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpridos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa rea-

listas para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avalia-

mos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuida-

de operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

SGS Auditores Independentes Presley José Godoy CRC 2SP 020.277/O-5 CRC 1SP 185.052/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Aos administradores da Fundação Dom Aguirre - Sorocaba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dom Aguirre em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos inde-

pendentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpridos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa rea-

listas para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avalia-

mos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuida-

de operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

SGS Auditores Independentes Presley José Godoy CRC 2SP 020.277/O-5 CRC 1SP 185.052/O-5

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) - Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

Educação Básica	Educação Superior (COM acesso ao PROUNI)		Educação Superior (SEM acesso ao PROUNI)	
	1.487	7.315	0	0
Alunos bolsista integral (Lei 12.101/2009)	185	64	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	0	0	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	0	1.079	0	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	0	0	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	185	1.143	0	0
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	0	0	0	0
Alunos inadimplentes (d)	0	0	0	0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	1.284	7.083	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	72	119	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	0	0	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	0	0	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	72	119	0	0
Número total de bolsas integrais equivalentes	221	1.203	0	0
Outras bolsas parciais	0	0	0	0
Cálculo dos benefícios complementares				
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recicla Bruta anual de Mensalidades	M R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A 1.487	7.315	0	0
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	Bc 74	401	0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	B 0	0	0	0
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	74	401	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo Art. 13 Art. 13-A Art. 13-B	Atendido	Atendido	Atendido	Não atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/5(Educação Superior sem Prouni 1/4)	Atendido	Atendido	Atendido	Não atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido	Atendido	Não atendido

O Balanço Patrimonial bem como suas Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa, foram aprovados em reunião do Conselho Fiscal em 23/03/2023, a., Edélio Fochi, José Dini Filho, Lenine Kozirref e Ricardo Aparecido Pimentel. E aprovados em reunião do Conselho Superior em 10/04/2023, a., Dom Julio Endi Akamine, Padre João Carlos Alamepe, Rogério Augusto Profeta, Helenice de Barros, Carlos Alexandre de Mello, Sonia Chébel Mercado Sparti e Washington Luiz Gaiotto. Como convidados estiveram presentes: Fernando de Sá Del Fiol - Secretário Executivo da Fundação Dom Aguirre, Dr. Etevaldo Queiroz Faria - Assessor Jurídico Externo, Edélio Fochi - Presidente do Conselho Fiscal, Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora da FDA e Presley José Godoy - auditor externo da FDA.

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0
Helene de Barros - Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine SAC - Presidente

Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora - CRC/SP 244059/O-0